
RELATÓRIO DE GESTÃO 2011

1 – IDENTIFICAÇÃO

Poder: Executivo Federal

Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia

Denominação Completa: Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM

Unidade Administrativa: Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios – DIPAR

2 – OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICOS

2.1 – Responsabilidades Institucionais

A Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios - DIPAR tem a sua atuação definida no Regimento Interno da Autarquia, competindo:

- I. Gerenciar as receitas do DNPM;
- II. Coordenar e controlar a arrecadação;
- III. Executar a cobrança, a distribuição das quotas-partes e a fiscalização sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM;
- IV. Promover, fiscalizar e controlar o recolhimento de taxas, emolumentos, multas, ressarcimentos, em conformidade com a legislação vigente;
- V. Promover a interação e dar suporte institucional às Superintendências, em suas áreas de atuação;
- VI. Efetuar estudos e propor o reajuste dos valores a que se refere o inciso IV;
- VII. Elaborar e coordenar o desenvolvimento das metodologias aplicáveis às fiscalizações das receitas;
- VIII. Propor normas, manuais e roteiros destinados a regulamentar e uniformizar os procedimentos na área de sua competência;
- IX. Propor a realização de acordos e convênios de cooperação técnica com os entes federados, no âmbito de sua competência, para fins de fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM;
- X. Elaborar estudos e estimativas das receitas, e
- XI. Acompanhar e divulgar o desempenho da arrecadação.

2.2 – PROGRAMA DE GOVERNO

2.2.1 – PROGRAMA 0391 – MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.2.2 – AÇÃO 2375 – FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINÉRRARIA

2.3 – DESEMPENHO OPERACIONAL

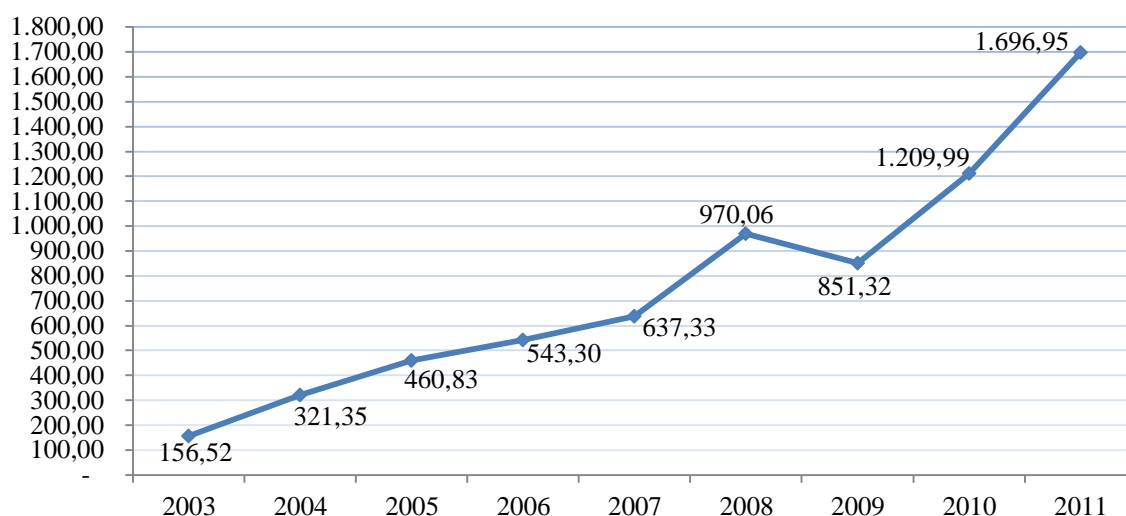
2.3.1 – ARRECADAÇÃO DA AUTARQUIA

A arrecadação do DNPM no exercício de 2011 superou a cifra de R\$ 1,69 bilhão, apresentando crescimento nominal 40,24% em relação a 2010. O resultado do exercício ficou 34,49% acima da meta prevista de R\$ 1,26 bilhão. Cabe destacar que esse avanço foi motivado pela manutenção em patamares historicamente elevados do preço dos minérios, do desempenho das exportações, sobretudo para a China e da utilização, a partir de 13/04/2011, do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN para onerar aqueles titulares que se mantêm inadimplentes perante o DNPM.

Tabela 01: Planilha demonstrativa da arrecadação no exercício de 2011

Receitas	Total (R\$)	Δ%
Exploração de Recursos Minerais – CFEM (Fonte 141)	1.544.636.179,82	42,61
Outorga do Direito de Exploração e Pesq. Mineral – TAH (Fonte 129)	116.855.236,75	18,01
Outorga do Direito de Exp. e Pesq. Mineral - TAH	106.835.639,15	18,46
Outorga do Direito de Exp. e Pesq. Mineral - TAH (Parcelamento)	10.019.597,60	13,41
Multas previstas na Legislação Mineral (Fonte 174)	13.092.675,09	28,20
TAH	2.593.616,69	2,94
Rel. Pesquisa	4.636.456,25	49,51
Outras Multas prevista na Legislação Mineral	1.977.420,39	38,96
Multa (Parcelamento)	3.885.181,76	22,62
Certificação e Homologação da Atividade Mineral (Fonte 250)	3.474.847,25	1,56
Imissão de Posse	199.953,98	-13,45
Cert. Rochas Ornamentais	409,98	205,27
Anuência p/ Imp. de Amianto	5.759,95	85,11
Anuência p/ Imp. de Diamante	1204,98	33,33
Cessão Parcial	657.993,58	40,13
Cessão Total	1.458.392,87	-13,86
Certificado de Kimberley - CPK	14.900,11	107,25
Demais Atos	1.044.015,73	6,82
Transf. de Direitos	92.216,07	135,54
Serviço de Cadastro da Atividade Mineral (Fonte 250)	16.442.416,48	29,79
Autorização de Pesquisa	15.873.514,48	29,96
PLG	101.459,72	59,88
Registro de Licença	463.014,49	20,09
Anuência p/ Aerol. Geofísico	4.427,79	-24,17
Serviço Inspeção e Fiscalização (Fonte 250)	1.502.754,74	9,26
Inspeção e Fiscalização	1.497.457,52	9,36
Inspeção e Fiscalização (Parcelamento)	5.297,22	-13,02
Compras e Publicações (Fonte 250)	179.391,37	10,79
Total R\$	1.696.949.721,88	40,24

Gráfico 01: Histórico das Receitas Totais do DNPM – 2003 a 2011(R\$ milhões)



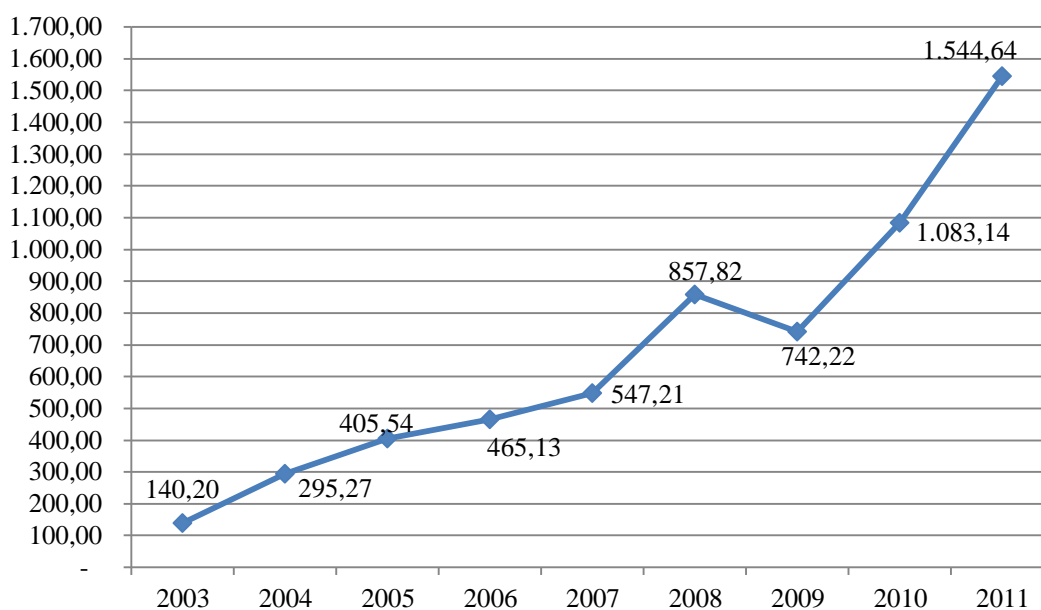
2.3.1.1 – CFEM (Receita 1340.03.00 – Exploração de Recursos Minerais, Fonte 141)

Conforme apresentado na tabela demonstrativa anterior, pode-se verificar que a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM no ano de 2011 totalizou R\$ 1,54 bilhão, resultando em um crescimento nominal da ordem de 42,61% em relação a 2010. A seguir, a arrecadação da CFEM por Unidade da Federação:

Tabela 2: Arrecadação da CFEM no biênio 2010/2011

Unidade da Federação	2010	2011	Δ%
AC	80.946,57	104.673,57	29,31
AL	704.714,44	1.196.827,99	69,83
AM	2.806.116,33	4.465.419,86	59,13
AP	12.031.890,38	17.380.473,34	44,45
BA	26.980.785,37	34.092.283,41	26,36
CE	2.243.424,05	2.486.405,31	10,83
DF	2.232.343,76	2.320.800,98	3,96
ES	5.893.751,17	7.157.972,49	21,45
GO	48.867.360,49	58.547.382,45	19,81
MA	1.630.665,96	2.565.300,90	57,32
MG	534.960.393,00	788.882.888,75	47,47
MS	17.068.725,35	29.766.184,95	74,39
MT	5.781.478,58	7.032.295,93	21,63
PA	314.965.828,81	462.694.917,93	46,90
PB	2.647.344,59	3.351.120,03	26,58
PE	4.173.497,31	5.073.233,65	21,56
PI	615.896,99	880.825,99	43,02
PR	7.214.821,82	10.499.905,30	45,53
RJ	10.835.403,13	13.112.478,95	21,02
RN	1.159.172,73	1.388.849,10	19,81
RO	2.470.445,85	2.937.822,12	18,92
RR	23.468,80	84.675,59	260,80
RS	11.446.304,47	12.420.624,21	8,51
SC	10.578.358,89	12.279.685,76	16,08
SE	16.632.617,98	14.795.226,01	-11,05
SP	37.712.590,40	47.141.457,59	25,00
TO	1.328.649,03	2.085.670,41	56,98

Gráfico 2: Evolução Histórica da Arrecadação CFEM – 2003 a 2011 (R\$ milhões)



2.3.1.2 – INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A CFEM

No exercício de 2010, um total de 2010 Municípios recebeu recursos provenientes da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM; em 2011 esse número passou para 2.210 Municípios (crescimento de 9,95%).

Os ingressos de CFEM no exercício de 2011 ficaram 34,49% acima da meta, fixada pelo DNPM em R\$ 1,26 bilhão. Contudo, na comparação com o ano anterior, a arrecadação apresentou crescimento nominal de 42,61%. Dessa cifra, cabe à União, 12% desse total, distribuídos entre o DNPM (9,8%), IBAMA (0,2%) e ao FNDCT/MCT (2%), conforme previsto no § 2º do art. 2º da Lei nº 8.001/90.

Quadro 1: CFEM – Evolução Comparativa

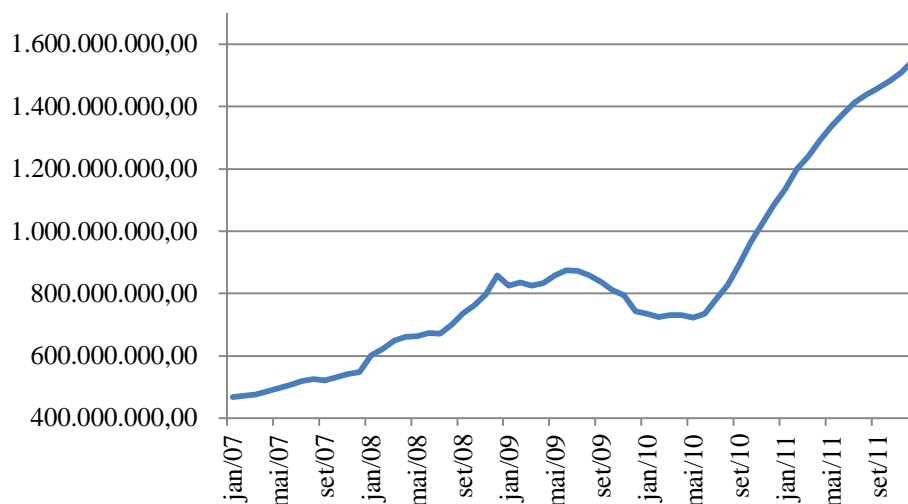
2010 (R\$)	2011/2010 (%)	2011 (R\$)	2011/meta (%)	Meta 2012 (R\$)
1.083.142.391,67	42,61	1.544.636.179,82	34,49%	1.925.219.043,24

Quadro 2: Distribuição Cotas da CFEM (R\$ mil)

Anos	Total	Município (65%)	Estado (23%)	IBAMA (0,2%)	MCT/FNDCT (2%)	DNPM (9,8%)
2010	1.023.317,59	665.156,43	235.363,05	2.046,64	20.466,35	100.285,12
2011	1.516.230,82	985.550,03	348.733,09	3.032,46	30.324,62	148.590,62

O desempenho verificado na arrecadação da CFEM em 2011 pode ser explicado pelo aumento nas vendas externas, principalmente em relação aos embarques para a China, além da manutenção em patamares historicamente elevados dos preços dos minérios, os quais tiveram grande baixa nas cotações entre 2009 e 2010, em consequência da grave crise que assolou o mercado global entre o final de 2008 e meados de 2009.

Gráfico 3: Arrecadação Mensal de CFEM (jan/07 a dez/11)



O mercado Chinês atualmente representa mais de um terço do consumo mundial de metais básicos. Como este país ainda tem necessidade de realizar gigantesco investimento em infraestrutura, dado o seu contingente populacional, espera-se que a demanda por aço (cujo insumo principal é o ferro), carvão metalúrgico e cobre, entre outros bens minerais, continue em expansão.

A seguir apresenta-se o *ranking* para 2011 dos maiores contribuintes, das substâncias com as maiores arrecadações, dos municípios e dos estados para os quais houve o maior volume de recolhimentos:

Tabela 3: Maiores contribuintes da CFEM no exercício de 2011

	Empresa	Recolhimento CFEM (R\$)
1	Vale S A	785.528.141,66
2	Minerações Brasileiras Reunidas Sa	169.886.813,40
3	Companhia Siderúrgica Nacional	27.612.812,41
4	Mineração Maracá Indústria e Comercio Sa	25.595.310,66
5	Mineracao Rio do Norte S/A	21.219.454,18
6	Baovale Mineração Sa.	18.299.288,93
7	Cia de Mineração Serra da Farofa	14.573.127,85
8	Mineração Usiminas S.A.	14.480.680,39
9	Mineração Rio Verde Ltda.	14.475.209,49
10	Anglo Ferrous Amapá Mineração Ltda.	13.468.836,86

Tabela 4: Maior arrecadação por substância mineral - 2011

	Substância	Recolhimento CFEM (R\$)
1	Minério de Ferro	1.107.149.184,33
2	Minério de Cobre	65.144.499,92
3	Minério de Alumínio	49.762.253,40
4	Minério de Ouro	38.443.538,04
5	Calcário Dolomítico	37.060.833,28
6	Granito	32.538.131,19
7	Areia	22.328.556,23
8	Minério de Níquel	20.010.799,42
9	Fosfato	18.232.748,53
10	Minério de Manganês	17.780.605,56

Tabela 5: Municípios que mais arrecadaram CFEM - 2011

Município		Recolhimento CFEM (R\$)
1	Parauapebas - PA	371.088.416,69
2	Nova Lima - MG	119.419.514,10
3	Itabira - MG	118.150.100,79
4	Mariana - MG	98.812.313,42
5	São Gonçalo do Rio Abaixo - MG	90.828.126,72
6	Itabirito - MG	59.489.357,32
7	Brumadinho - MG	53.806.448,15
8	Congonhas - MG	52.644.913,57
9	Canaã dos Carajás - PA	31.953.067,54
10	Alto Horizonte - GO	25.595.310,66

Tabela 6: Estados que mais arrecadaram CFEM - 2011

Município		Recolhimento CFEM (R\$)
1	Minas Gerais	788.869.012,55
2	Pará	462.408.808,04
3	Goiás	57.515.954,95
4	São Paulo	46.694.363,77
5	Bahia	34.025.122,11
6	Mato Grosso do Sul	29.569.959,71
7	Amapá	17.364.710,75
8	Sergipe	14.733.189,72
9	Rio de Janeiro	12.369.219,19
10	Santa Catarina	12.279.685,76

Durante 2011, foi realizado procedimento de fiscalização de escritório baseado na confrontação dos dados declarados no RAL pelas empresas de mineração e aqueles que constam das guias de recolhimento CFEM para os fatos geradores de 2002 e 2003 com o objetivo de evitar a decadência de créditos. Desta forma, entre fiscalizações de escritório e *in loco*, alcançou-se 3297 cobranças autuadas, das quais 104 foram parceladas (totalizando R\$ 3.364.120,31), 435 foram quitadas (somando R\$ 941.035,94) e 2745 permaneceram em aberto (R\$ 268.687.768,56 a receber).

Cabe destacar que as informações contidas neste Relatório de Gestão, em relação às arrecadações foram todas extraídas do Sistema interno da Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios.

Em atenção a um pedido da Vale S.A., houve a edição da Portaria do Diretor-Geral nº 556 de 09 de agosto de 2011, cujo objetivo foi a criação de um Grupo de Trabalho (GT) destinado à revisão de seus débitos de CFEM, os quais passam de R\$ 4,1 bilhões. Este trabalho tem consumido recursos técnicos e financeiros consideráveis pela demora da Vale S.A. na apresentação dos documentos fiscais e contábeis que, à época das fiscalizações que deram origem ao citado débito, a empresa não prestou ao DNPM. Além disto, a citada empresa apresentou ao DNPM auditorias realizadas pelas empresas Tyno ou Deloitte.

O Grupo de Trabalho da Portaria do Diretor-Geral nº 556/11 foi prorrogado pelas de nº 698/2011, nº 847/2011 e nº 147/2012 sempre pela mesma razão: não entrega dos

documentos que a Vale S.A. alega possuir, mas que, ao mesmo tempo, tem dificuldade de localizar e entregar à Autarquia para fundamentar a análise das auditorias citadas no parágrafo anterior e para a realização de eventual revisão do débito.

Permanecem pendências relativas à entrega do novo sistema para o planejamento, controle e cobrança da CFEM por parte da Coordenação de Tecnologia da Informação, bem como a demora na implementação de correções nos sistemas já existentes e do B.I. (*Business Intelligence*). Estas deficiências impactam negativamente na produtividade dos servidores e no resultado final da Arrecadação, pois um volume menor de cobranças é realizado e estas transcorrem por mais tempo no contencioso administrativo. Nesta mesma linha, registra-se a demora na aquisição de *software* de auditoria pela Diretoria de Gestão Administrativa para utilização pelos fiscais nas auditorias CFEM, cuja compra foi formalmente demandada em 2010.

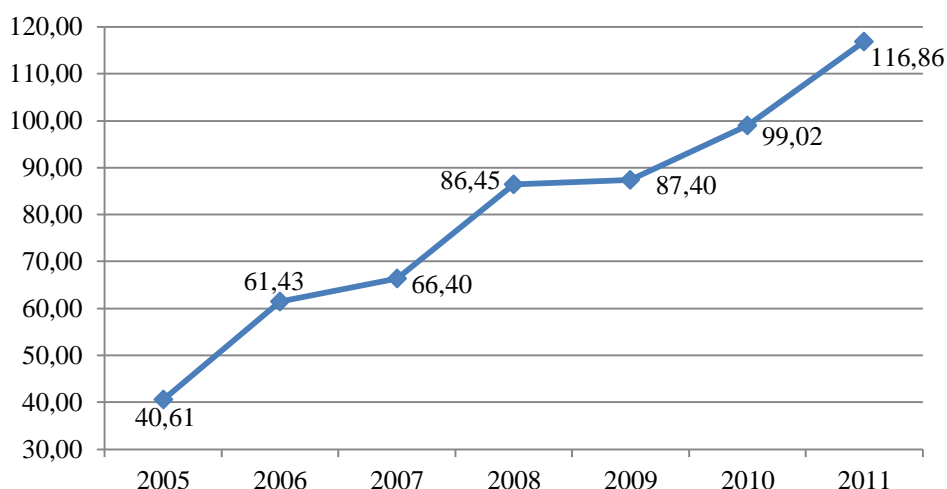
2.3.1.3 – TAXA ANUAL POR HECTARE – TAH (Receita 1332.03.00 – Receita de Outorga do Direito de Exploração e Pesquisa Mineral, Fonte 129)

A arrecadação no exercício de 2011 da TAH totalizou a importância de R\$ 116,85 milhões. Os recolhimentos referentes ao primeiro período (vencimento em janeiro) atingiram 97,8% de adimplência, enquanto o registrado no segundo período (vencimento em julho) totalizou 91,6%. O consolidado do ano chegou a 96,5% de adimplência. Sendo assim, dos 40.326 processos da TAH com vencimento em 2011, apenas 1.411 não foram pagos durante a competência passada.

Tabela 7: Arrecadação da TAH Consolidado - 2011

	Distrito	Processos			R\$		
		Total	Pagos	%	Previsto	Pagos	%
1	Superintendência - AL	271	271	100	686.870,70	687.580,04	100,1
2	Superintendência - AM	371	348	93,8	3.333.591,72	3.247.292,53	97,41
3	Superintendência - AP	147	129	87,76	1.927.140,47	1.785.466,81	92,65
4	Superintendência - BA	7292	6807	93,35	18.968.963,06	17.707.791,91	93,35
5	Superintendência - CE	1196	1192	99,67	2.783.518,39	2.791.968,07	100,3
6	Superintendência - ES	908	888	97,8	850.539,77	832.361,55	97,86
7	Superintendência - GO	3525	3343	94,84	7.508.108,28	6.932.219,54	92,33
8	Superintendência - MA	387	383	98,97	4.242.765,81	4.240.782,31	99,95
9	Superintendência - MG	8977	8744	97,4	18.649.723,29	18.209.140,52	97,64
10	Superintendência - MS	440	440	100	795.891,36	796.158,59	100,03
11	Superintendência - MT	1908	1905	99,84	14.349.946,35	14.334.319,32	99,89
12	Superintendência - PA	1317	1241	94,23	15.511.511,53	14.636.923,36	94,36
13	Superintendência - PB	730	716	98,08	1.608.329,67	1.573.868,60	97,86
14	Superintendência - PE	634	633	99,84	1.258.627,31	1.259.736,46	100,09
15	Superintendência - PI	1137	1044	91,82	3.432.935,33	3.153.355,67	91,86
16	Superintendência - PR	1683	1662	98,75	1.770.231,37	1.706.750,27	96,41
17	Superintendência - RJ	1272	1272	100	1.107.925,21	1.118.846,15	100,99
18	Superintendência - RN	1124	1067	94,93	2.891.811,15	2.790.837,58	96,51
19	Superintendência - RO	718	678	94,43	3.005.255,44	2.555.577,06	85,04
20	Superintendência - RR	61	58	95,08	614.334,78	558.799,13	90,96
21	Superintendência - RS	1404	1363	97,08	1.553.392,68	1.493.713,67	96,16
22	Superintendência - SC	1822	1821	99,95	1.737.793,74	1.744.648,06	100,39
23	Superintendência - SE	326	324	99,39	840.400,15	842.268,48	100,22
24	Superintendência - SP	1945	1936	99,54	1.415.550,35	1.410.911,55	99,67
25	Superintendência - TO	727	654	89,96	4.426.602,14	3.272.045,67	73,92
BRASIL		40.322	38.919	96,52%	115.271.760,05	109.683.362,90	95,15%

Gráfico 4: Evolução da Arrecadação da TAH (R\$ milhões)



Quadro 3: TAH – Evolução Comparativa

2010 (R\$)	11/10 (%)	2011 (R\$)	2011/meta (%)	Meta 2012 (R\$)
99.020.049,70	18,01%	116.855.236,75	106,23	137.999.355,83

Os 40.322 processos minerários contendo título de Alvará de Pesquisa que geraram os recolhimentos de TAH referentes à competência de 2012 foram auditados pela Equipe de Arrecadação. Este trabalho tem a externalidade positiva de colaborar na depuração dos dados do Sistema de Outorga Mineral, cuja responsabilidade é da Diretoria de Gestão de Títulos Minerários.

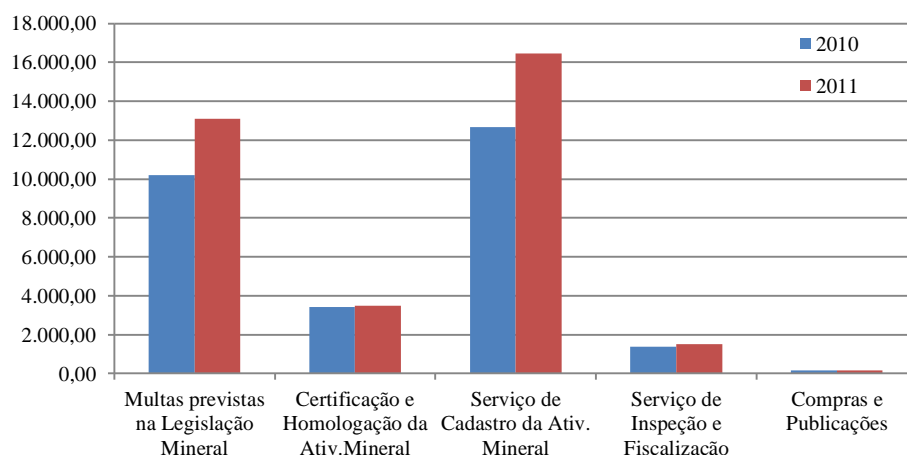
2.3.1.4 – OUTRAS RECEITAS

Foram classificadas neste título as arrecadações das seguintes receitas: a) Multas Previstas na Legislação Mineral; b) Certificação e Homologações da Atividade Mineral; c) Serviço de Cadastro da Atividade Mineral; d) Serviço de Inspeção e Fiscalização; e) Compras e Publicações. Seguem os dados:

Tabela 8: Arrecadação de Outras Receitas no biênio 2010/2011

Receita	2010 (R\$)	2011 (R\$)	Δ%
Multas previstas na Legislação Mineral	10.212.323,05	13.092.675,09	28,20
Certificação e Homologação da Atividade Mineral	3.421.405,51	3.474.847,25	1,56
Serviço de Cadastro da Atividade Mineral	12.668.800,04	16.442.416,48	29,79
Serviço de Inspeção e Fiscalização	1.375.422,17	1.502.754,74	9,26
Compras e Publicações	161.924,56	179.391,37	10,79
Total	27.839.875,33	34.692.084,93	24,61

Gráfico 5: Demonstrativo da Arrecadação das Outras Receitas ano de 2010 e 2011



Quadro 4: Demais Receitas – Evolução Comparativa

Receita	2010 (R\$)	11/10(%)	2011 (R\$)	11/meta (%)	Meta 2012 (R\$)
Multas	10.212.323,05	28,20	13.092.675,09	124,69	15.561.833,23
Certif. Homol. (Emolumentos)	3.421.405,51	1,56	3.474.847,25	96,52	4.015.414,79
Serv. de Cadastro (Emolumentos)	12.668.800,04	29,79	16.442.416,48	102,77	18.491.937,84
Serviço Inspeção e Fiscalização (Vistoria)	1.375.422,17	9,26	1.502.754,74	100,18	1.735.946,97
Serviço Comerc. (Compras e Public.)	161.924,56	10,79	179.391,37	105,52	194.747,29

3 – CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL – CADIN

Até a edição da Portaria nº 314/09 do Diretor-Geral do DNPM, que delegou à DIPAR competência para tanto, esta Autarquia não utilizava o CADIN como instrumento de cobrança. Regido pela Lei Federal nº 10.522/2002 e Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 685/2006. Atualmente, constam do banco de dados mantido pelo Banco Central do Brasil devedores junto ao DNPM com débitos iguais ou superiores a R\$ 1.000,00.

Inicialmente, o CADIN foi operado diretamente no SISBACEN pelo aplicativo PASCOS10. Contudo, sem a utilização de sistema para gerenciar os devedores, a inscrição através deste expediente teve alcance limitado em 2009 e 2010.

Demandado à área de tecnologia da informação do DNPM em 24/08/09 e colocado em produção apenas em 13/04/2011, o sistema informatizado de gestão de inscritos no CADIN produziu os seguintes resultados na competência alvo deste relatório:

Quadro 5: Quantitativo de inscritos no CADIN - 2011

	Valor Histórico (R\$)	Nº Titulares	Nº Cobranças
CFEM	258.100.956,07	519	684
Taxa Anual por Hectare - TAH	136.352.317,26	6411	18859
Multas	82.373.668,50	6837	20691
Vistoria de Fiscalização	176.937,50	242	341
Cobranças c/ mais de uma receita	29.628.000,29	814	1345
Total	506.631.879,62	10344	40575

No mesmo período, 13/04/11 a 31/12/2011, houve a baixa de 1288 titulares do CADIN por parcelamento ou pagamento à vista e a suspensão de 18 em decorrência de liminares concedidas pelo Poder Judiciário.

4 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Neste tópico está sendo apresentado um diagnóstico da Meta anual de arrecadação versus a receita realizada no período. Seguem os dados:

Quadro 6: Desempenho comparado de autuações (2010/2011)

Período de 01/01/11 à 31/12/11									
Qtd. Auto	Qtd. Imposição	Qtd. Nulidade	Qtd. Encaminhados PROJUR	Qtd. Notificações					Total Autuações
				Notificação TAH	Notificação Multa	Notificação Vistoria	Notificação CFEM	Total Notificação	
20.641	14.749	1.934	13.914	5.226	8.294	355	3.374	17.249	68.487
Período de 01/01/10 à 31/12/10									
Qtd. Auto	Qtd. Imposição	Qtd. Nulidade	Qtd. Encaminhados PROJUR	Qtd. Notificações					Total Autuações
				Notificação TAH	Notificação Multa	Notificação Vistoria	Notificação CFEM	Total Notificação	
15.535	9.887	3.090	11.861	6.228	9.518	645	2.983	19.374	59.747
Variação Percentual 2011-2010									
Qtd. Auto	Qtd. Imposição	Qtd. Nulidade	Qtd. Encaminhados PROJUR	Qtd. Notificações					Total Autuações
				Notificação TAH	Notificação Multa	Notificação Vistoria	Notificação CFEM	Total Notificação	
32,87	49,18	-37,41	17,31	-16,09	-12,86	-44,96	13,11	-10,97	14,63

Quadro 7: realização e fixação de metas por receita

Receita	Arrecadação (R\$) 2011	Meta 2011 realizada (%)	Previsão (R\$) 2012
Exploração de Recursos Minerais – CFEM	1.544.636.179,82	137,91	1.925.219.043,24 (+24,64%)
Outorga do Direito de Exploração e Pesq. Mineral - TAH	116.855.236,75	106,23	137.999.355,83 (+18,09%)
Multas previstas na Legislação Mineral	13.092.675,09	124,69	15.561.833,23 (+18,86%)
Certificação e Homologação da Atividade Mineral	3.474.847,25	96,52	4.015.414,79 (+15,56%)
Serviço de Cadastro da Atividade Mineral	16.442.416,48	102,77	18.491.937,84 (13,42%)
Serviço Inspeção e Fiscalização	1.502.754,74	100,18	1.735.946,97 (+16,92%)
Compras e publicações	179.391,37	105,52	194.747,29 (+8,56%)
Total	1.696.183.501,50	134,43	2.103.218.279,20 (+24,01%)

É oportuno destacar a quantidade de auditorias em processos minerários realizadas durante 2011, as quais resultaram em 68.487 autuações referentes às receitas CFEM, TAH, Multas e Ressarcimento de Vistorias ante o quantitativo de servidores à disposição da Arrecadação em todo o país (apenas 123). Desta forma, chega-se à produtividade média de 556,8 processos/funcionário/ano.

Brasília – DF, 08 de março de 2012

MARCO ANTONIO VALADARES MOREIRA
Diretor de Procedimentos Arrecadatários